

Um sinal de partida

Os números que o ministro Marcílio Marques Moreira exibiu em debate na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados dão a exata medida do descalabro brasileiro: nos anos 80, o País perdeu cerca de US\$ 1 trilhão em investimentos e produção, por causa da instabilidade econômica, “a começar pela inflação”, e corre o risco de perder outro US\$ 1 trilhão nos anos 90, se não resolver seus problemas de estrutura econômica. Os trilhões poderão parecer números grandes demais e de tal forma absolutos que não seja possível ter idéia do que significam. Deixemos, pois, de lado a comparação fácil com preços de automóveis e casas populares.

Fixemo-nos no número mais significativo de quanto custa criar um emprego industrial e de quantos empregos o Brasil necessita por ano. Ao ritmo atual de crescimento populacional e supondo (como média) um custo de US\$ 40 mil por instalação de um emprego industrial não totalmente informatizado, o País necessita criar entre 2 e 3 milhões de empregos anualmente — e muitas dezenas de milhares deles não foram instalados pelas perdas de investimento. Diante dessa evidência gritante, houve quem na Comissão se opusesse à abertura da economia, alegando que o mercado interno é o instrumento de barganha do Brasil — como, se é um mercado de pessoas que chegam à idade de trabalho sem salário, portanto sem poder de compra?

Os pterodáctilos da esquerda intelectual brasileira não entendem de demografia. São os dados demográficos, contudo, que devem fazer soar o sinal de alarme. Tão mais forte quanto, segundo o ministro da Economia, só o Brasil e os países africanos estão hoje à margem da economia mundial — ou por problemas decorrentes da instabilidade ou por falta de estrutura econômica adequada. S. Exa. citou, na América Latina, os exemplos do México, do Chile, do Uruguai e da Colômbia como o de países que souberam compreender a razão dos tempos novos. Deveria ter situado entre esses governos — pois é deles que se trata — o da Venezuela, talvez exemplo mais digno de observação, pois lá a transição não foi ditatorial como no Chile de Pinochet, embora dura e em alguns momentos repressiva.

O Executivo federal, segundo anunciou o ministro, pretende alterar o chamado Emendão para conseguir adaptar o País à situação de crise que atravessamos. Aquilo que se esqueceu na redação original será incluído entre as emendas a serem formalmente remetidas ao Congresso: a mudança do conceito de empresa nacional; a retirada dos favores concedidos às empresas nacionais; o levantamento das proibições impostas às

empresas brasileiras de capital estrangeiro para lavra e prospecção de subsolo (infelizmente, não se toca no polvo que é o monopólio da Petrobrás sobre tudo que tenha odor ou certificado de origem de petróleo).

A opinião pública, geralmente pouco afeita às sutilezas constitucionais, precisa ser informada de que a Carta de 88 estabelece que, “na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional”. Ora, sem entrar em minúcias hermenêuticas, autarquias, empresas públicas ou sociedades anônimas controladas pela União, Estados ou municípios não podem ser consideradas “Poder Público” — e no entanto há quem, no Congresso, deseje que sejam vistas como tais para apertar o cerco em torno das empresas estrangeiras e ampliar “cartórios”. A atenção do Executivo ao propor a reforma da Constituição nesses terrenos deve ser redobrada. Há restrições a empresas estrangeiras que decorrem do tempo da Segunda Grande Guerra, com certeza, senão da Primeira; há outras que só se explicam por um xenofobismo conspirativo, que em tudo enxerga o dedo do novo Satanás, o “imperialismo”, dese-

jando subjugar os indefesos industriais cartoriais.

Há que limpar o título sobre a Ordem Econômica, na Constituição, de todo o nacionalismo e emocionalismo que presidiram sua feitura. Se o Executivo está disposto a jogar as grandes cartadas para salvar o que resta das gerações que foram frustradas de obter emprego durante a década dos 80, seja audaz. Encontrará resistências sem conta — desde, porém, que não se deixe levar por exageros fundados num liberalismo manchesteriano que governo algum pratica em parte nenhuma do mundo (e nunca praticou, diga-se de passagem, nem o inglês) — e saberá contar com o apoio dos que, devidamente esclarecidos, se recusam a ver seus filhos condenados ou a não encontrar emprego ou a viver a vida dos povos africanos.

Não se iluda, porém, o ministro Marcílio Marques Moreira, nem o Executivo, a respeito da rapidez com que capitais de investimento poderão acorrer ao Brasil. O aumento do montante deles, de US\$ 1 bilhão para US\$ 6 bilhões no ano passado, deveu-se mais à necessidade de as empresas estrangeiras aqui estabelecidas resolverem seus problemas que ao aumento da confiança nos destinos do País. Para sairmos da companhia dos africanos, teremos de passar por duras provas. É bom que o sinal de partida tenha sido dado pelo ministro da Economia.